



Intervenção arqueológica no n.º 1 da rua das Lajes, Mondim de Basto (Norte de Portugal)

António Pereira Dinis*, Rui Pedro Barbosa**, Mário S. P. Dinis***

Palavras-chave

Norte de Portugal; Mondim de Basto; arquitetura civil setecentista; cerâmica pré-histórica

Keywords

North of Portugal; Mondim de Basto; eighteenth-century civil architecture; prehistoric ceramic

Resumo

A remodelação de um edifício setecentista, na rua das Lajes, em Mondim de Basto, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, motivou a intervenção arqueológica que aqui se relata, justificada pela proximidade à Capela do Santíssimo Sacramento, construção quinhentista (classificada como IIP, desde 1958), implantada no centro histórico local. Os resultados das sondagens arqueológicas realizadas, além de identificarem a ocupação do lugar na Pré-história recente, reconheceram a funcionalidade de um edifício primitivo aí existente e forneceram dados que sugerem alterações urbanísticas relevantes operadas naquela área da vila.

Abstract

The renovation of an eighteenth-century building located in the historical town centre of Mondim de Basto, led to the archaeological survey that is reported here. The archaeological study was then justified by the proximity to a sixteenth chapel that was classified as national heritage in 1958. As a result of the archaeological survey it was established that the place was occupied during late prehistory, and further characterized the function of an ancient building whose remains were uncovered, in addition to the data suggesting that significant urban changes later operated in this particular area of Mondim de Basto.

* Mestre em Arqueologia pela FLUP

** Licenciado em História, variante Arqueologia, pela FLUP

*** Licenciado em História, variante Arqueologia, pela Universidade do Minho

1. Introdução

As referências documentais conhecidas sobre a ocupação da vila de Mondim de Basto, anteriores ao século XVI, são bastante escassas, resumindo-se, praticamente, aos dados das Inquirições Medievais que citam a Igreja Paroquial e alguns casais, destacando-se o denominado da Pena, localizado perto da urbe.

A atribuição do Foral, em 3 de junho de 1514, pelo rei D. Manuel I, e a edificação da Capela do Souto, da invocação do Santíssimo Sacramento, em 1587, afiguram-se, por isso, como acontecimentos muito relevantes, uma vez que se constituem como provas irrefutáveis da existência de um aglomerado urbano já com algum significado, facto a que não será alheio o seu posicionamento entre os concelhos de Atei, Cerva e Ermelo e a ponte sobre o Rio Tâmega¹, estrutura que facilitava a ligação de Trás-os-Montes ao Minho. Esta ponte, mencionada na “*demarcação da comarca de Trallos Montes*”, de 1530, era crucial para a travessia fluvial pelas gentes que habitavam num amplo território situada entre Cavez e Amarante, localidades onde se encontravam as mais próximas passagens sobre aquele rio.

Face ao desconhecimento atrás exposto, a programação de trabalhos de revolvimento do subsolo, no interior de um edifício datado de 1745, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Mondim de Basto, fronteiro à Capela do Santíssimo Sacramento, surgiu como a oportunidade de se avançar com uma intervenção arqueológica, capaz de fornecer informação passível de preencher aquela lacuna.

Cumpridas as formalidades junto do IGESPAR, I.P.², realizaram-se três pequenas sondagens de diagnóstico no interior do edifício, cujos resultados aconselharam a escavação integral daquela área, trabalho efectuado, nos finais de 2008, pela empresa Palimpsesto, Lda³.

2. Localização e Caracterização Física

O edifício n.º 1 da rua das Lajes, objecto deste texto, localiza-se no Norte de Portugal, no distrito de Vila Real, concelho e freguesia de Mondim



Figura 1. Localização da casa n.º 1 da rua das Lajes na CMP, esc. 1:25 000, fl. 86.

¹ Na memória paroquial de Veade, de 1758, o pároco refere que a ponte que separa a sua freguesia da de Mondim “*primeira povoação da Província de Trás dos Montes*” é “*a bem vistosa ponte de Mondim de Basto (...) toda de pedra de cantaria labrada com suas goardas; tem sete arcos*” (Capela, 2003: 254). A ponte, destruída por uma cheia, foi substituída pela atual, erguida nos finais do século XIX, mais a jusante.

² A autorização de trabalhos arqueológicos, com a designação de “Projeto de Remodelação de Edifício sito na rua das Lajes, n.º 1 – Mondim de Basto”, foi concedida através do ofício 10431, de 07/11/2008, ref.ª 2008/1(727).

³ Todos os trabalhos tiveram a coordenação de um dos signatários (A.P.D.). As sondagens de diagnóstico foram realizadas por José Ribeiro, Rui Barbosa e Paulo Ferreira. A escavação integral do edifício decorreu entre 28 de outubro e 13 de novembro e contou com dois arqueólogos, um técnico auxiliar de arqueologia e dois trabalhadores indiferenciados.

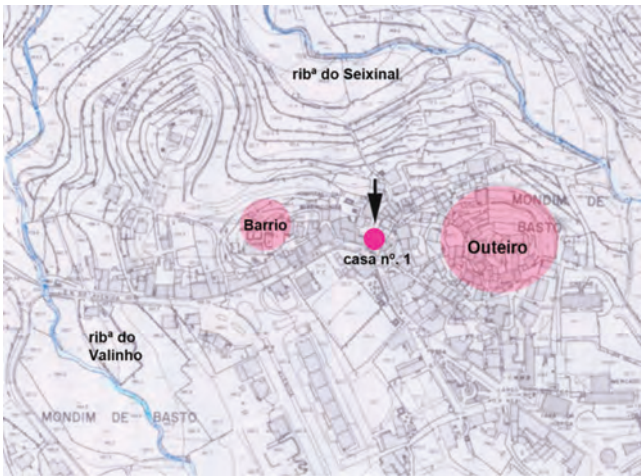


Figura 2. Implantação topográfica da área escavada.

de Basto. Insere-se no centro histórico da vila, implantado no gaveto definido pelas ruas Comendador Alfredo Álvares de Carvalho e Jerónimo Bartholino de Araújo (antiga rua das Lajes). O prédio é delimitado de Poente pela travessa das Lajes e de Nascente pelo largo Comendador José Augusto Álvares de Carvalho ou largo do Souto.

Segundo a Carta Militar de Portugal, na escala 1:25.000, folha n.º 86 Mondim de Basto (Fig. 1), as coordenadas geográficas do imóvel intervenção, são as seguintes:

- Latitude - 41° 24' 44,2" N
- Longitude - 07° 57' 15,6" O
- Altitude - 199 m

A casa implanta-se numa faixa aplanada, entre duas elevações (o Outeiro e a eira do Barrio), delimitada pelas ribeiras do Seixinal e do Valinho, linhas de água que se unem e vão desaguar ao rio Tâmega.

Geologicamente, o local, bem como toda a zona histórica envolvente, assenta na área de contacto do granito de Paradança, essencialmente moscovítico, de grão médio a grosseiro, com a unidade de Mouquim, caracterizada pela alternância de filitos e xistos com metassiltitos e metagrauvaques (Folha 10-A-Celorico de Basto da Carta Geológica de Portugal, escala 1:50.000).



Figura 3. Implantação da casa n.º 1, na rua das Lajes.

A moradia intervencionada, enquadrada por dois imóveis de referência, a Santa Casa da Misericórdia e a capela do Santíssimo Sacramento, está adossada pelo lado Norte ao casario, desenvolvendo três fachadas para a rua pública - a rua Comendador Alfredo Álvares de Carvalho, a Sul; a travessa das Lajes, a Poente; o largo do Souto e a rua Jerónimo Bartholino de Araújo (designada até à década de 30, do século XX, por rua das Lajes) a Nascente (Fig. 3).

De planta rectangular e dois pisos, apresenta as fachadas voltadas a Sul e Nascente em cantaria de granito, de aparelho em fiadas regulares, terminadas em cornija saliente, com gárgulas de



Figura 4. Casa n.º 1 da rua das Lajes, na década de 1910.

canhão nas extremidades. Nas mesmas fachadas, os pisos são marcados por varanda corrida, com guarda de ferro e base de pedra sobre cachorros (Fig. 4).

3. Contextualização cultural

O centro histórico da vila, onde se integra o edifício n.º 1 da rua das Lajes, alberga um interessante conjunto arquitetónico, cujo período cronológico se insere, genericamente, na Época Moderna e onde sobressaem dois interessantes imóveis classificados, a capela do Santíssimo Sacramento e o solar dos Azevedos (IPPAR, 1993: 18-9).

A capela do Santíssimo Sacramento, também designada capela do Senhor ou capela do Souto, é um edifício quinhentista, classificado como I.I.P., desde 1958. As suas fachadas despojadas de decoração contrastam com o interior onde pontua a azulejaria de estampilha azul, amarela e branca, os caixotões policromados do tecto, com cenas do Antigo Testamento, a talha maneirista e *rocaille* dos seus retábulos e, especialmente, a pintura a fresco da parede testeira, descoberta nas obras de recuperação levadas a cabo em 2003, representando São Francisco das Chagas e São Cristóvão (o padroeiro da freguesia), com a data de 1588, alusiva à sua realização.

O solar dos Azevedos, também conhecido como casa do Escourido ou casa dos Borges Azevedos, é um edifício armoriado, setecentista, classificado como V.C., desde 1978. Relacionado com figuras ilustres da região, sabe-se que, em 1765, era propriedade de Bernardo José de Azevedo Borges Mourão, capitão de milícias de Mondim, Atei, Ermelo e Cerva. Em frente à primitiva fachada principal da casa (lado Norte) situava-se uma capela, da invocação de São Faustino, referida em 1784 (Lopes, 2000: 297-299).

Do ponto de vista arqueológico, há apenas referência ao ponto mais elevado do núcleo urbano, um logradouro denominado Outeiro, onde poderá ter havido uma ocupação pré e/ou proto-histórica. O local tem uma posição privilegiada de domínio, tanto da veiga agrícola do Valinho como da da ribeira da Serra. Uma observação atenta da área permite identificar alguns entalhes num afloramento granítico e motivos gravados, pouco perceptíveis, distinguindo-se no conjunto alfabéticos e um cruciforme (Dinis, 2009: 118).

Próximo do edifício, a menos de 100 m para poente, à face do antigo caminho que seguia para a ponte sobre o Tâmega, destaca-se outro pequeno outeiro, denominado eira do Barrio, cujas características topográficas e domínio visual sobre a envolvente, particularmente a confluência dos ribeiros acima mencionados, e das férteis veigas que os acompanham, poderão supor, igualmente, uma ocupação antiga.

4. Objetivos e metodologia

Embora o IPPAR não tenha condicionado a reconstrução do edifício a sondagens prévias de avaliação, a provedoria da Santa Casa da Misericórdia⁴ (sensibilizada por um dos signatários - A.P.D.) concordou em realizar e custear os trabalhos de escavação em função de dois objectivos fundamentais. Em primeiro lugar, no âmbito de uma lógica estritamente científica, para permitir clarificar a ocupação humana na área a afetar pela obra, localizada no ponto central da urbe no século XVI. Importava identificar as estruturas ou níveis arqueológicos correlacionáveis com aquele período e, eventualmente, com períodos anteriores, totalmente desconhecidos. Em segundo lugar, assumindo-se uma perspetiva de natureza pedagógica e de defesa do património, para demonstrar que a investigação arqueológica não é

⁴ Agradecemos à Santa Casa da Misericórdia, em particular ao seu Provedor Sr. Eng. Alfredo Augusto Ferreira Pinto Coelho de Mendonça, pela autorização e financiamento das escavações arqueológicas e pelo empenho e carinho com que assumiu este dossiê, acolhendo a equipa, acompanhando os trabalhos e dando sugestões pertinentes em relação aos achados. É de realçar a grande sensibilidade histórica manifestada neste processo, facto decisivo para o esclarecimento da ocupação desta parcela do núcleo antigo de Mondim de Basto.

um entrave à construção mas o meio por excelência de aceder à informação essencial para a construção da história das comunidades. Pretendia-se conquistar a população local para a divulgação de achados que tenham ocorrido ou venham a ocorrer, mostrando-se que a arqueologia é compatível com o interesse dos particulares.

Os trabalhos de escavação decorreram no interior do edifício, de forma retangular com 7.50x4.75m, tendo-se implantado um sistema de quadrícula a cobrir todo o espaço numa área de cerca de 35m² (Fig. 17). As divisórias primitivas, em madeira, já haviam sido retiradas e o único testemunho da sua existência era visível nos rebocos das paredes. Ao nível do solo, existia um corredor central, lajeado, ligando as portas Este e Oeste, que dividia o espaço em dois, o do lado Norte, também lajeado (Fig. 5), mas com pedras de dimensões mais reduzidas, onde se situavam as dispensas da casa e o da parte Sul, sobradado, que no momento da intervenção já se encontrava rebaixado pela extração do pavimento e limpeza de alguns dos sedimentos que faziam parte da preparação para o seu assentamento.

A escavação teve em conta os princípios básicos de Harris, sendo a informação (planos, perfis e estruturas) registada graficamente, à escala

1:20, fotograficamente (em formato digital) e em fichas de contexto, numeradas de modo sequencial, com descrição das características próprias de cada estrato, assim como a sua localização e correlação física com outras UE's;

Os artefactos foram referenciados segundo as coordenadas x, y e z, dentro do respectivo quadrado, acondicionando-se de acordo com as suas especificidades. Foi realizado o registo fotográfico do espólio mais significativo, assim como da própria evolução dos trabalhos.

5. Descrição dos resultados

Para simplificar o trabalho, nomeadamente ao nível do registo, a área de escavação foi dividida em duas partes, utilizando-se como separador o lajeado transversal que ligava a porta Este à porta Oeste. A manutenção deste lajeado até ao final da escavação facilitou a passagem dos intervenientes, particularmente nas operações de transporte das terras da escavação. No registo, a metade Sul aparece com a denominação de Sector 1 e a Norte de Sector 2. O registo estratigráfico foi efetuado de acordo com esta opção, mas na apresentação da estratigrafia (Quadro 1) articulam-se ambos os sectores.



Figura 5. O setor 2, no início da escavação.

5.1. Estratigrafia

A estratigrafia registada, contabilizando 48 unidades estratigráficas, permitiu individualizar cinco fases distintas, relacionadas com momentos de construção, remodelação, ocupação e abandono deste local, as duas primeiras balizadas entre a Pré-história recente e a Proto-história e as restantes três de cronologia Moderno-Contemporânea. Fazendo o relato inversamente à sua formação, temos:

5.1.1. Casa do século XVIII (Fases 5 e 4)

A fase 5 corresponde à utilização da casa n.º 1 da rua das Lajes, à realização de pequenas intervenções que afectaram o subsolo e ao abandono do edifício e remoção parcial do pavimento, com perturbação estratigráfica, mais intensa na ala poente (UE 000). Pequenas obras foram registadas no quadrante Nordeste, com o levantamento do lajeado em pedra, num pequeno espaço que deveria definir um compartimento (UE 103) e

U.E.	INTERPRETAÇÃO	FASES
000	Revolvimento provocado por trabalhos recentes	Fase 5
102	Vala para colocação de tubo, para abastecimento de água	
103	Remodelação do sector Noroeste da casa	
001, 002, 003, 101, 104, 110	Níveis de enchimento para a regularização dos pavimentos	Fase 4
009, 010, 023, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 113, 117	Valas para assentamento dos muros da casa n.º 1 da rua das Lajes, sapatas dos alicerces e respectivos enchimentos	
100	Lajeado de granito, circunscrito à metade Norte.	
004	Piso de ocupação relacionado com a laboração da oficina de ferreiro	
005, 006, 007, 011	Vala para assentamento de alicerces e muros da oficina de ferreiro	Fase 3
008, 008A, 015, 015A, 019, 019A	Buracos de poste para sustentação da cobertura da oficina de ferreiro e respectivos enchimentos	
012, 013, 014	Vala, alinhamento de pedras e enchimento, para regularização do espaço adjacente às fossas 016 e 017.	
016, 016A, 017, 017A	Estruturas em negativo, de grandes dimensões, relacionadas com atividade metalúrgica e respectivos enchimentos	
018	Alinhamento de pequenas pedras, com uma única fiada.	
115, 116	Vala de fundação de alicerce e muro com orientação NNO-SSE, da casa 3 da rua das Laje	Fases 1 e 2
111	Terra compactada com pequenos calhaus, correspondendo ao pavimento do caminho para a ponte sobre o Tâmega	
020, 021, 114	Níveis de depósito associados a espólio cerâmico de cronologia pré e proto-histórica.	
022, 118	Alterite	

Quadro 1. Interpretação estratigráfica.

na abertura de uma vala para passagem de um tubo de água (UE 102). Regista-se, igualmente, a condenação de uma porta de comunicação com a casa n.º 3 da rua das Lajes, certamente por questões relacionadas com partilhas entre herdeiros.

A fase 4 articula-se com a edificação da casa, em 1745, afetando o espaço anteriormente ocupado por duas construções seiscentistas e um caminho, que deverá corresponder ao primitivo traçado da via que seguia para a ponte de Mondim, no enfiamento da rua Velha. A construção dos alicerces da casa (UE's 023, 105, 113 e 117) obrigou à abertura de profundas valas (UE's 009, 010, 107, 109 e 112), até ao geológico (UE's 022 e 118), as quais cortaram todas as camadas e misturaram materiais depositados na colmatação das mesmas valas. Na ala sul, o edifício condenou uma construção em pedra, interpretada como uma oficina ligada ao trabalho do ferro, tendo as terras utilizadas para elevar os pavimentos (UE's 001, 002 e 003), selado os alicerces dos muros (UE's 006 e 011), o nível de ocupação (UE 004)



Figura 6. Aspeto da escavação – contexto do século XVII.

e algumas estruturas em negativo (UE's 008, 015, 016, 017 e 019), as maiores relacionadas com a atividade artesanal e as mais pequenas, eventualmente ligadas ao apoio de postes de madeira para sustentação da cobertura (Fig. 6). Na ala norte, o edifício adossou à casa n.º 3 da rua das Lajes, tendo condenado o alçado primitivo voltado à via pública (UE 116), dado que este tinha orientação diagonal, sendo divergente com a nova edificação. Em seu lugar nascerá um novo paramento recto, com uma porta de comunicação entre os dois imóveis, o que indicia que o proprietário fosse o mesmo (Figs. 7 e 18). As camadas de elevação e preparação (UE's 101 e 104) para assentamento do lajeado (UE 100) selaram o alicerce do paramento condenado, o qual ainda mantinha a soleira do vão de acesso à rua.

5.1.2. Casas do séc. XVII e caminho para a ponte (Fase 3)

A fase 3 está relacionada com a construção e ocupação de duas estruturas, durante o século XVII, uma na metade sul e outra localizada a Norte.

O primeiro edifício, interpretado como uma oficina de ferreiro, considerando os materiais que lhe estão associados, está representado pelo alicerce dos muros (UE's 006 e 011), que definiam uma construção, aparentemente de planta rectangular, com orientação Este-Oeste, tomando como referente o paramento que faceava a rua pública (Fig. 6). No lado poente, o muro foi cortado pela vala (UE 010) aberta para implantação do alicerce da casa n.º 1 (UE 023), não sendo possível definir o cunhal do edifício e, consequentemente, o seu comprimento total, o qual teria, no entanto, mais de 3,50m. Esta estrutura apresentava dois paramentos, com 0,65m de largura, sendo o exterior constituído por silhares bem afeiçãoados, com argamassa composta por terra castanha e pequenos calhaus (UE 007).

No interior da edificação foram detectadas duas depressões (UE's 016 e 017), cujos enchimentos (UE's 016A e 017A) incluíam os resíduos da atividade metalúrgica que aí se desenvolveu, atingindo quase 2,500 Kg de material refractário,

com inclusões ferruginosas e restos de escórias. Materiais similares, com um peso superior a 2 Kg, foram encontrados tanto no nível de ocupação da estrutura (UE 004), como nas camadas superficiais (UE's 001, 002 e 003), resultado da perturbação e mistura dos materiais, aquando da elevação e regularização do nível da casa setecentista. Três pequenas estruturas em negativo (UE's 008, 015 e 019), de forma sub-circular e diâmetro entre 12 e 17cm, corresponderão a buracos de poste da estrutura de sustentação da cobertura deste edifício, a qual deverá ter sido em telha, de meia cana e não colmo, atendendo ao perigo de incêndio da atividade que aí ocorria. A pequena quantidade de material de cobertura encontrado na escavação poderá significar que a telha do edifício poderia ter sido recolhida ainda em bom uso e reutilizada no futuro.

O segundo edifício, talvez uma estalagem⁵, corresponde à casa n.º 3 da rua das Lages, antes da reformulação do espaço, em meados do século XVIII. Nessa altura, a casa cresceu para nascente, através da junção de dois novos corpos à primitiva estrutura de planta sub-rectangular. Terá sido

também nesse momento que o paramento voltado ao caminho Sul (UE 116) foi apeado, quase até ao alicerce (Fig. 7) e levantado um novo muro, rectilíneo, mais recuado no quadrante NE., construído com aproveitamento de silhares de outro edifício, provido de um vão para comunicação entre as duas casas. A construção deste novo muro, recuado, deixou à vista um troço da parede nascente da casa n.º 3, onde adossou o muro da casa n.º 1, sendo notória a “costura” e a diferença de aparelho entre os dois paramentos, o primeiro com blocos de pequena dimensão e superfícies menos cuidadas, com disposição irregular e o segundo, com pedras de maiores dimensões, bem trabalhadas e dispostas em fiadas regulares, de tendência horizontal (Figs. 8 e 18).

O carreiro que separava a oficina de ferreiro e a estalagem teria de largura entre 2,80m e 3,00m e passava cerca de 0,50m abaixo da cota de entrada na casa n.º 1. Tal facto mostra que o caminho de acesso à ponte de Mondim, no século XVII, descia ligeiramente do largo do Souto para cruzar um rego de água que passava ao longo da atual



Figura 7. Muro seiscentista condenado pela construção do século XVIII.



Figura 8. “Costura” de paramentos dos séculos XVII e XVIII.

⁵ A escavação da casa n.º 3 da rua das Lages foi realizada no final de 2008, na sequência da intervenção no edifício n.º 1. O interior deste edifício, parcialmente empedrado com pequenos blocos de granito, revelou uma grande manjedoura, em pedra e diversas argolas, de ferro, salientes da parede, que deveriam servir para prender os cavalos. No andar superior, existia uma cozinha com ampla chaminé e diversos cómodos que poderiam servir para alojamento dos viajantes. De notar que esta função de estalagem é apenas uma hipótese pois não podemos deixar de equacionar a possibilidade de a casa ter funcionado como uma extensão do edifício n.º 1. É possível que os proprietários tenham reformulado esta construção, com o intuito dela servir de apoio à nova casa, despojada de grandes espaços para armazéns e cavalariças.

travessa das Lajes⁶. Depois, desenvolvia-se pelas traseiras do edifício da Santa Casa da Misericórdia e subia na direção da eira do Barrio.

O nível deste caminho é reconhecível numa camada mais endurecida, de coloração castanha escura, com muitos calhaus de pequena dimensão (UE 111). A abertura das valas para os alicerces da casa (UE's 107, 109 e 112) e a preparação do terreno (UE's 101, 104 e 110) para colocação do pavimento e lajeado transversal da casa n.º 1, de ligação da porta Este com a porta Oeste, perturbaram significativamente a estratigrafia, quase apagando os vestígios desta vereda.

5.1.3. Dispersão de espólio pré e proto-histórico (Fases 2 e 1)

As primeiras fases (2 e 1) estão documentadas unicamente pela dispersão de cerâmicas e líticos nas UE's 002, 020, 021, 108 e 114. As UE's 002 e 108 são níveis de enchimento que misturaram terras das valas abertas para assentamento dos alicerces da casa setecentista. Como se disse atrás, as valas de fundação desceram até à alterite, tendo cortado as UE's 020, 021 e 114, que correspondem a camadas sedimentares. O espólio pré e proto-histórico exumado nestas unidades, concentrava-se na ala nascente da área escavada, tanto no sector 1 como no 2. Este pormenor revela-se de grande importância já que pode explicar a presença dos materiais antigos sem relação com quaisquer estruturas. Como atrás já se enfatizou, o sítio posiciona-se na base de uma colina, denominada Outeiro. Nesta circunstância estamos em crer que a ocupação pré e proto-histórica tenha ocorrido na vertente voltada a poente, sendo os materiais aqui referidos provenientes de escorrimentos da colina.

5.2. Espólio

Os materiais exumados, quantitativamente significativos, foram encontrados dispersos pelas diferentes camadas registadas, privados de ho-

mogeneidade no seu horizonte crono-cultural, devido ao revolvimento decorrente das diversas operações construtivas dos séculos XVII e XVIII. No entanto, convém realçar que o material recolhido, com exceção do encontrado nas UE's 000 e 102, foi abandonado antes de 1745, uma vez que os pavimentos do edifício selaram os níveis arqueológicos não consentindo, desde então, quaisquer deposições. Este pormenor assume-se como relevante, especialmente para as cerâmicas e metais, ao permitir estabelecer um *terminus ante quam*, não obstante as limitações já enunciadas.

Pela leitura que sugerem, destacámos, no conjunto do espólio encontrado, o material cerâmico e metálico. Quanto ao material em vidro e ao lítico damos nota do seguinte:

- Fragmentos de vidraça e de garrafa, provenientes da camada de revolvimento provocado por trabalhos recentes, são o espólio mais abundante, em vidro. O restante material contabilizado resume-se a um fragmento de bordo de copo, decorado junto ao lábio com grinaldas e uma botão, hexagonal, policromo.
- Os líticos estão representados por cinco dezenas de exemplares. A maioria corresponde a seixos do rio, fragmentados ou completos, reconhecendo-se, ainda, uma pedra de amolar e uma bala de canhão, em granito, muito polida. É de destacar, na coleção de líticos exumados, um fragmento de movente de moinho manual, oblongo, em granito, uma lasca de sílex e vários núcleos e lascas de xisto e quartzo, provenientes das UE's 020, 021 e 114, materiais que se articulam com uma ocupação pré-histórica, em conformidade com um conjunto de cerâmicas decoradas, genericamente imputáveis a um horizonte calcolítico, que a seguir abordaremos.

⁶ Este rego encontra-se hoje encanado e coberto por grandes lajes de pedra, as quais permitem o reconhecimento do seu traçado ao longo de algumas dezenas de metros.

5.2.1. Cerâmica

A cerâmica está representada por 446 fragmentos, 54 de cronologia pré e proto-histórica, 349 pertencentes a louça utilitária, de cronologia moderna e contemporânea e 43 de material de cobertura, todos pertencentes a telhas de meia cana.

5.2.1.1. Cerâmica pré e proto-histórica

A cerâmica pré e proto-histórica integra 54 fragmentos, sendo 26 lisos e 28 decorados. Do conjunto destacam-se 8 pequenos exemplares que enquadrámos na Idade do Ferro, por comparação com as cerâmicas recolhidas nas escavações do Crastoeiro (Dinis, 2001), na mesma freguesia de Mondim de Basto. Trata-se de louça sem decoração, com pastas micáceas razoavelmente depuradas e superfícies de tonalidade acastanhada ou cinzenta, com alisamento no geral fruste.

Atribuímos os restantes fragmentos, no total de 46, à pré-história recente, sendo reconhecíveis, entre os exemplares decorados, motivos e organizações presentes na denominada cerâmica tipo Penha (Fig. 10). Estes fragmentos têm as superfícies no geral melhor cuidadas, com pastas que incorporam grãos de quartzo, por vezes de razoável calibre. Somente 4 cacos pertencem a bordos, correspondendo a 3 exemplares da forma 2B, da tabela de Susana Jorge (1986). Trata-se de recipientes esféricos, de boca fechada, com leve acentuação do colo (Fig. 19). Um deles é liso e os outros dois decorados com incisões, um com

duas séries de 4 e 3 sulcos horizontais (Fig. 9) e o outro com uma organização em triângulos sob dois sulcos paralelos, horizontais a definir o colo.

No geral, os fragmentos são de muito pequena dimensão, o que dificulta a sua organização decorativa. Reconhecem-se, porém, os reticulados, e as linhas quebradas horizontais, para além dos sulcos paralelos horizontais e diagonais, formando triângulos (Fig. 20). Está ainda presente a decoração mamilar, pelo menos em um dos exemplares

5.2.1.2. Cerâmica utilitária de época moderna e contemporânea

Com 349 fragmentos, a cerâmica utilitária, de época moderna e contemporânea, representa 78% do total. Neste conjunto separamos 4 grandes grupos de louça (faiança, vermelha, preta e vidrada), quantificando-se, percentualmente, no gráfico que se segue, cada um dos sub-conjuntos identificados.

Excluída a louça vidrada de chumbo, com apenas 17 fragmentos e uma única forma identificada (alguidar), passemos à caracterização dos 3 grupos maioritários.

5.2.1.3. Faiança

Com 18% do total, e 81 fragmentos registados, as faianças assumem no conjunto das cerâmicas alguma notoriedade. A maioria dos exemplares possui um posicionamento estratigráfico balizado, superiormente, pelo ano de 1745 articulando-se com o período áureo de difusão da



Figura 9. Fragmento de recipiente globular, calcólico.



Figura 10. Fragmentos de cerâmica calcólica, decorados.

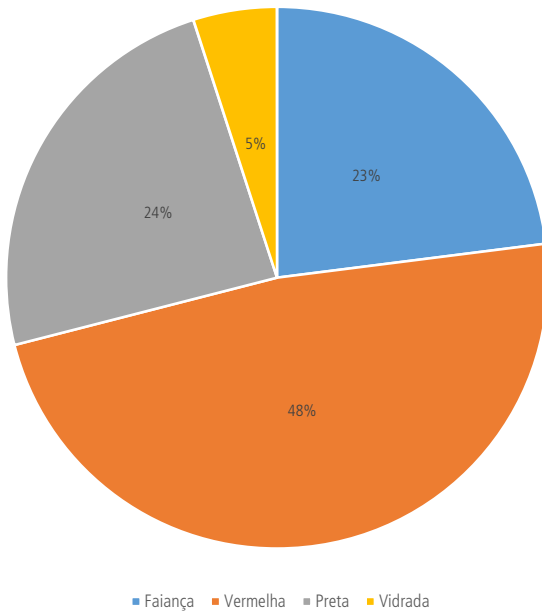


Gráfico 1. Distribuição da cerâmica utilitária por grupos.

faiança em Portugal. Por outro lado, identificaram-se alguns exemplares que ultrapassam aquela baliza, misturados nas camadas que correspondem à Fase 5 de ocupação do sítio.

O estudo dos fragmentos permitiu apartar quatro grupos de fabrico:

O primeiro grupo, designado de louça “malegueira”, caracterizado pela ausência de decoração, integra alguns exemplares de bordos de prato.

Um segundo grupo, chamado louça de “rendas”, tem fabrico apurado e motivos decorativos pintados a azul, reconhecendo-se a forma prato, com as decorações a preencher as abas. A análise dos fragmentos recolhidos permitiu verificar tonalidades e gradações de azul distintas, assim como maior ou menor precisão dos contornos dos motivos, pormenores que sugerem mais que uma proveniência da faiança (Sebastian, 2010: 494-8). Entre as peças da rua das Lajes destacamos alguns bordos (Fig. 11) que apresentam grande semelhança com um prato proveniente da intervenção arqueológica do Mosteiro de S. João de Tarouca, atribuível às olarias de Vila Nova e datado da segunda metade do século XVII (*Idem*, Fig. 376).

O terceiro grupo, designado de louça “listada”, está representado por vários fragmentos listados a azul, no bordo e/ou no fundo. Esta decoração, muito frequente nas faianças sevillhanas do século XVI, é utilizada nas louças de Coimbra, ao longo de todo o século XVII, sobretudo em pratos de fundo de ônfalo e em escudelas (*Idem*: 507). Entre os fragmentos recolhidos na escavação da rua das Lajes destaca-se a parte de um prato, de fundo de ônfalo, de esmalte creme, com decoração simples constituída por dois círculos concêntricos, azuis, no fundo (Fig. 12), peça semelhante a um exemplar de Tarouca, atribuível às olaria de Coimbra e datada do século XVII (*Idem*, Fig. 381). Esta decoração está também presente no registo arqueológico da Casa do Infante, a partir do primeiro quartel do século XVII (Dórdio *et al.*, 2001: 140) e no Cabeço do Outeiro (Nespereira, Lousada), em contextos datáveis de meados de seiscentos (Leite e Nunes, 2008: 184-5).

Um último grupo está representado por três fragmentos pertencentes a uma tijela, com esmalte pouco brilhante e marcada por craquelê, de malha larga. Com parede esvasada terminando em lábio simples, esta peça está decorada internamente com motivos a azul baço, aplicados em três tonalidades diferentes. A decoração desenvolve-se na aba e é constituída por linhas ondulantes verticais, paralelas, de contornos precisos, que preenchem o espaço definido por dois conjuntos de linhas circulares, concêntricas. A parte interna do lábio está decorada com pontilhado estreito (Fig. 13).

Este exemplar, com características técnicas que o aproximam das produções de Vila Nova, deverá integrar-se no Período IV de Casimiro (2013), que é datado entre 1635-1660, considerando-se o motivo decorativo principal como uma variante das riscas verticais.

5.2.1.4. Cerâmica vermelha

No conjunto da louça utilitária, a cerâmica vermelha, com 168 exemplares, representa quase 50% do total de fragmentos recolhidos. Importa, no entanto, referir que sob designação de cerâmica vermelha encontramos louça muito diversificada, nas pastas, na tonalidade e no tratamento



Figura 11. Faiança decorada com “rendas”.



Figura 12. Faiança listada.

das superfícies, diferenças que estarão relacionadas com proveniências distintas, uma vez que o espaço cronológico que cobrem é relativamente curto.

A análise macroscópica destas cerâmicas permite individualizar três sub-grupos que designámos de louça fosca, louça beije ou alaranjada e louça de cor vermelha, tendo em conta a cor da superfície externa.

A louça fosca, com pastas bem depuradas e boa cozedura, paredes bastante finas com marcas da roda pronunciadas internamente e superfície interior mais clara que a exterior, está representada por quatro dezenas de fragmentos. Entre o número diminuto de fragmentos que indiciam formas reconhecem-se tigelas, com bordo espessado para o exterior (Fig. 25) e alguidares, de grandes dimensões, ostentando bordos pendentes triangulares (Fig. 27). Estão presentes, igualmente, bases de fundo plano simples, talvez de painéis. Não sendo possível precisar a proveniência desta louça, podemos, todavia, aventar a possibilidade de ser Guimarães o centro produtor, hipótese que ganha algum sentido face à proximidade e às ligações com as terras de Basto. É significativo referir que bordos pendentes triangulares, pertencentes a peças semelhantes, foram recolhidos nas esca-



Figura 13. Faiança seiscentista, pintada a azul⁷.

vações do Mosteiro da Costa (Guimarães), infelizmente sem cronologia precisa e atribuídas às olarias de Prado pelos paralelos com cerâmicas identificadas na Casa do Infante, datadas entre os séculos XVI e XVIII (Freitas, 2013: 76). É óbvio que não queremos diminuir o papel que o centro produtor de Prado teve no abastecimento de cerâmica comum, durante a Idade Moderna, tanto mais que sabemos que nessas olarias se produziu uma grande variedade de louça, nomeadamente louça preta, no entanto achamos estranho que a

⁷ Todos os desenhos incluídos neste texto são da autoria de José Ribeiro a quem agradecemos a prontidão e empenho com que os executou.



Figura 14. Tigela com fundo de ônfalo, da região de Aveiro-Ovar.

bibliografia não aluda às produções de Guimarães, certamente porque a investigação não tem valorizado suficientemente este centro oleiro.

Ao centro produtor de Prado atribuímos as cerâmicas de cores mais claras, de tonalidade bege ou alaranjada, por vezes com cernes acinzentados, com superfícies alisadas e marcas do torno evidenciadas nas paredes interiores. Reconhece-se uma panóplia variadas de formas, desde panelas de ir ao lume, com vestígios de fuligem no exterior, cântaros, tigelas, etc., peças que algumas vezes ostentam decoração na forma de cordões plásticos digitados horizontais ou verticais, como os que se ilustram na Fig. 23. Uma asa de fita, de preensão vertical e secção aplanada, com acentuada canelura longitudinal e pequenas perfurações na face superior (Fig. 24), ostenta características que têm sido valorizadas enquanto elementos distintivos daquele centro produtor, remetendo para fabrico de meados do século XVII (Leite e Nunes, 2008: 183).

Distinguimos um último sub-grupo pela presença de fragmentos de cor vermelha mais viva e pastas muito resistentes, estando presentes tigelas de paredes espessas, com fundo externo de



Figura 15. Cordões plásticos digitados em peças de louça preta.

ônfalo (Figs. 14 e 22) e tigelas carenadas, com a parte superior da parede ligeiramente esvasada e lábio espessado (Fig. 21), sublinhado por uma canelura externa, produções atribuídas à região de Aveiro-Ovar, com especial preponderância na passagem do século XVI para o XVII.

5.2.1.5 Cerâmica preta

Com uma percentagem aproximada às faianças (24%), a cerâmica preta, com 83 fragmentos identificados, representa o segundo maior grupo do conjunto. Trata-se de um grupo heterogéneo que integra cerâmicas com pastas e cores variáveis, tendo como denominador comum a sua cozedura redutora, onde sobressai o que na literatura etnográfica aparece vulgarmente referenciado como louça preta. A grande fragmentação, reduzida dimensão dos cacos e ausência de bordos, dificulta a identificação morfológica das peças, no entanto a maioria integra recipientes de uso no fogo, como se atesta pela presença de

⁸ O centro oleiro vulgarmente denominado de Bisalhães integrava, na verdade, muitas olarias dispersas pelas freguesias de Mondrões, Vila Marim, Lordelo e Parada de Cunhos. A origem da produção de louça neste centro oleiro remonta, pelo menos, à primeira metade do século XVI, registando-se dezenas de artífices, em atividade, no último quartel desse século (Dinis, no prelo). Tal facto pressupõe uma produção quantitativamente significativa, certamente estimulada pela procura numa área geográfica alargada, que decerto incluiria Mondim de Basto.

marcas de fuligem na parede exterior, considerando-se nesta tipologia as painéis, caçoilas e púcaros. Por aproximação às produções cerâmicas de Bisalhães (Vila Real)⁸ e Gondar (Amarante)⁹, os centros produtores mais próximos de Mondim de Basto, é possível identificar a forma designada por painel, com muita fuligem na parede exterior e aplicação de cordões, digitados, dispostos horizontal ou verticalmente na pança das peças (Figs. 15 e 28), numa solução que além de melhorar o aspecto visual reforçava a parede das peças que tendencialmente era fina.

5.2.2. Metal

O quadro 2 regista a totalidade do espólio metálico recolhido, o qual agrega moedas, objetos utilitários em bronze, ferro e chumbo, escórias e material refractário, com incrustações de resíduos de metal, a atestar a intensa atividade metalúrgica que ocorreu no local.

5.2.2.1. Moedas

Eleva-se a 6 o número total de moedas encontradas na escavação. Com exceção de uma moeda de 1 escudo, cunhada em 1978 e outra de XX réis, cunhada em 1884, no reinado de D. Luís I, todas as moedas se apresentam muito degradadas, sendo quase impossível a sua leitura. Apenas uma delas, de III réis, com o escudo de D. João IV no anverso permite apontar a sua cunhagem para o período entre 1640 e 1656.

5.2.2.2. Objetos utilitários

Excluindo um objeto indeterminado, em chumbo e cinco em bronze (um crucifixo, uma fivela, um bico e um aro de tubagem e um indeterminado), todo o espólio metálico é em ferro,



Figura 16. Material refractário relacionado com Fossa de grandes dimensões [UE 016].

reconhecendo-se uma fechadura para arca, uma chave e 27 unidades destinadas à construção (cavilhas, pregos e tachas).

5.2.2.3. Restos de metalurgia

Entre os materiais recolhidos na escavação, salientam-se várias dezenas de fragmentos, correntemente designados de escórias de ferro, com um peso total de cerca de 6 kg. Estes fragmentos, que resultam da atividade metalúrgica, têm, no entanto, morfologia, composição e textura diferentes, de acordo com a sua distinta proveniência. Uma parte, maioritária, que denominamos de material refratário (Fig. 16), tem origem na estrutura onde o metal foi trabalhado, apresentando-se como uma massa informe, por vezes com aspecto esponjoso, agregando restos de metal, pequenos calhaus, carvão, argila, etc. A outra parte, a que chamamos escória, possui normalmente dimensões reduzidas, estrutura mais densa e aparência brilhante, devendo ser resultado da manufactura do metal.

⁸ O centro oleiro vulgarmente denominado de Bisalhães integrava, na verdade, muitas olarias dispersas pelas freguesias de Mondrões, Vila Marim, Lordelo e Parada de Cunhos. A origem da produção de louça neste centro oleiro remonta, pelo menos, à primeira metade do século XVI, registando-se dezenas de artífices, em atividade, no último quartel desse século (Dinis, no prelo). Tal facto pressupõe uma produção quantitativamente significativa, certamente estimulada pela procura numa área geográfica alargada, que decerto incluiria Mondim de Basto.

⁹ O centro oleiro de Gondar, no antigo concelho de Gestaço, teve a sua origem na 1.ª metade do século XVII, com a migração de oleiros originários de além-Douro (Dinis e Amaral, 2000).

UE	OBJETO	METAL	OBSERVAÇÕES
000	Moeda de 1 escudo	Bronze	1978 (República)
000	Moeda de XX réis	Bronze	1884 (D. Luís I)
000	Objeto indeterminado	Bronze	2 fragmentos
000	Objeto indeterminado	Chumbo	
000	4 cavilhas e 3 tachas	Ferro	
000	Escórias	Ferro	1 fragmento
001	Moeda	Cobre	34mm de diâmetro
001	1 prego; 1 tacha; 1 objecto indeterminado	Ferro	
001	Escórias	Ferro	2 fragmentos
002	Moeda	Cobre	25mm de diâmetro
002	Moeda (metade)	Cobre	35mm de diâmetro
002	3 cavilhas; 1 prego	Ferro	
002	4 cavilhas e pregos	Ferro	
002	Material refractário e escórias	Ferro	± 1,100 Kg
003	3 pregos; 1 tacha	Ferro	
003	Material refratário e escórias	Ferro	± 0,500 Kg
004	Bico de tubagem	Bronze	
004	Moeda de III réis	Cobre	25mm de diâm.
004	Cavilha	Ferro	grande
004	Escórias	Ferro	± 0,750 Kg
004	Lingote bruto	Ferro	
016A	Material refratário e escórias	Ferro	± 1,750 Kg; pouca escória
017A	1 cavilha	Ferro	
017A	Material refratário	Ferro	1 bloco enorme
017A	Material refratário e escórias	Ferro	± 0,600 Kg
101	1 fechadura; 3 cavilhas; 1 chave	Ferro	fechadura de mala
106	Crucifixo	Bronze	
106	Material refratário e escórias	Ferro	± 1,000 Kg
106	Objeto indeterminado	Ferro	3 fragmentos
106	Ponteira (de cavilha ?)	Ferro	2 fragmentos
111	Aro de tubagem	Bronze	
111	Fivela	Bronze	

Quadro 2. Distribuição estratigráfica do espólio metálico

É importante salientar que mais de 1/3 deste material provém do enchimento das UE's 016 e 017, duas fossas abertas no solo, que poderão ter funcionado como forjas da oficina de ferreiro que assumimos ter funcionado no local.

Associado a estes materiais ocorrem também muitos fragmentos de carvão, alguns com dimensões consideráveis. Duas amostras recolhidas nas UE's 002 e 106, com 4 e 3 carvões, respectivamente, foram enviadas para identificação botânica¹⁰. Os resultados da análise antracológica revelaram-se uniformes verificando-se que os carvões das amostras eram da mesma espécie (*Erica arborea*), um tipo de urze, localmente denominada torgo. Os carvões estavam cristalizados, na maior parte da sua estrutura, de tal modo que a identificação botânica só foi possível no microscópio electrónico de varrimento. Esta forma de conservação dos carvões aponta para a presença de carvão vegetal, o que significa que o combustível utilizado na oficina foi previamente transformado de madeira em carvão. A transformação de raízes de torgo em carvão vegetal, nas florestas da vertente do Monte Farinha, está documentada arqueologicamente no Crastoeiro, em Mondim de Basto (Dinis, 2001: 70-4), registada na documentação arquivística municipal¹¹ e presente nos relatos orais dos habitantes mais velhos da localidade¹².

6. Considerações Finais

Em 1587 construiu-se uma capela da invocação do Santíssimo Sacramento, no lugar do Souto, à mão esquerda do caminho que vindo da ponte sobre o Tâmega atravessava a vila de Mondim de Basto. O sítio, aconchegado na base de um Outeiro, onde os mais antigos povoadores tinham assentado as suas cabanas e, na época, se erguiam as poucas casas do lugar, dominava as férteis veigas até ao monte do Ladário e os soccos agrícolas que desciam para a ribeira do Seixinal.

Ao contrário da igreja paroquial que não aglutinou casario ao seu redor, a capela do Souto vai ancorar um importante aglomerado que se desenvolverá para o Barrio, a rua Velha e a rua das Lajes, num processo enfatizado pela designação de Bairro do Souto, presente em documentação coeva. Terá sido durante o século XVII, quando o casario se começou a alargar para este “arrabalde” de Mondim, que se ergueu quase em frente à capela, uma oficina de ferreiro e, no outro lado do caminho que ia para a ponte sobre o Tâmega, uma casa sobradada, talvez utilizada como estalagem. Como é fácil perceber, estes dois edifícios, situados à entrada da vila, assumiam grande importância para quem demandava a região, fosse para reparar uma ferradura do cavalo ou para pernoitar depois de uma longa jornada.

¹⁰ A identificação foi realizada por Ernestina Badal Garcia, do Departamento de Pre-história e Arqueologia, da Universitat de València, a quem agradecemos a disponibilidade e prontidão na análise do material.

¹¹ A feitura de carvão nas matas municipais era proibida, por isso, muitas vezes, as cargas de carvão transportadas para a vila eram interceptadas e aprisionadas pela GNR, sendo os transportadores sujeitos ao pagamento de uma multa. Alguns acontecimentos desta natureza foram registados nas atas da Câmara Municipal, no primeiro quartel do século XX. A ata da sessão de 26 de maio de 1921 dá conta de uma apreensão de carvão feita na Fonte dos Gatos do monte Farinha; A ata da sessão de 23 de agosto de 1922 regista um ofício do Comandante do posto da Guarda Republicana de Mondim de Basto, comunicando a apreensão de 16 sacos de carvão; Na ata da sessão de 6 de junho de 1923 refere-se a venda de carvão apreendido pela GNR, no dia 18 de março, nos montados municipais das proximidades de Atei e na ata da sessão do dia 21, do mesmo mês e ano, regista-se uma participação da apreensão de cerca de 430kg de carvão fabricado em terrenos baldios, nas proximidades de Vilarinho.

¹² Segundo os indivíduos mais velhos da aldeia de Campos a feitura de carvão no Crastoeiro foi vulgar no passado, lembrando-se, ainda, da prática desta atividade na década de 1970. Nessa altura, havia na vila de Mondim 3 ou 4 ferreiros e latoeiros que compravam o carvão feito com madeira de medronheiro e de urgueira, espécies vegetais abundantes. O processo de feitura do carvão era simples, bastando abrir uma cova no solo, pouco profunda, reunir uns tocos de madeira e interromper a combustão lançando terra sobre o lume. O trabalho era realizado durante a noite, para fugir ao controle das autoridades que proibiam a utilização da madeira dos baldios. O carvão era recolhido pela manhã e transportado em sacos para a vila.

O crescimento dos vizinhos da capela do Souto e a passagem de romeiros e peregrinos, para a Senhora da Graça, para S. Gonçalo de Amarante, Santa Senhorinha de Basto e até para Santiago de Compostela, levou à ampliação da capela, através da construção de um alpendre frontal, o qual cortou o traçado rectilíneo do velho caminho que desembocava na rua Velha. A memória deste alpendre, delimitado por muro e colunas, com cobertura em telhado de duas águas, está presente não só na documentação¹³ mas também nas marcas impressas sobre o portal e na existência de dois colunelos guardados no interior do templo.

Em maio de 1742 o Pe. Manuel Gonçalves de Carvalho, morador no Barrio, comprou a Isidoro da Silva e sua mulher, Luísa de Basto, moradores no Bairro do Souto, a sua propriedade denominada veiga do Souto com a casa térrea “*que hi tem*”, pelo preço de oitenta mil réis. A propriedade partia de nascente com o furriel Manuel Veloso e de poente com Maria Gaspar, viúva¹⁴. Embora o documento não seja taxativo, é possível que a casa térrea citada nesta compra corresponda ao edifício onde funcionava a oficina de ferreiro e

que o Pe. Manuel Carvalho fosse o proprietário da nova moradia, erguida em 1745, após a demolição da antiga casa.

A construção da casa n.º 1 da rua das Lajes, num espaço anteriormente ocupado por um caminho, só terá sido possível graças à reformulação do desenho urbanístico imposta pelo alargamento da capela do Souto. A partir de então, o caminho para a ponte, junto daquela capela, passa a desenvolver-se em cotovelo, contornando o novo alpendre e passando em frente da nova casa, retomando ao traçado antigo, alguns metros adiante.

A escavação realizada na casa n.º 1 da rua das Lajes, ao desvendar uma ocupação pré e proto-histórica no núcleo antigo da vila e alterações significativas do traçado urbano, no arrabalde de Mondim, durante os séculos XVII e XVIII, veio provar a importância que a arqueologia assume na construção da teia histórica das comunidades, particularmente para os momentos onde falha a documentação escrita. No caso presente, foi possível recuar a ocupação mais antiga do lugar para o III milénio a.C. e acrescentar informação relevante para a compreensão da dinâmica de Mondim de Basto, durante o período Moderno.

¹³ Em abril de 1853, Gregório Garcia, mestre pedreiro de Vilar de Viando, António Gomes, mestre carpinteiro e José Joaquim de Freitas Aguiar, mestre caidor, ambos da vila, arremataram diversas obras na capela, entre as quais a reconstrução do alpendre arruinado, obra que teria que ser feita na forma do antigo (Livro Antigo de Eleições e Admissões de Irmãos, 1851-1874, fls. 4-6).

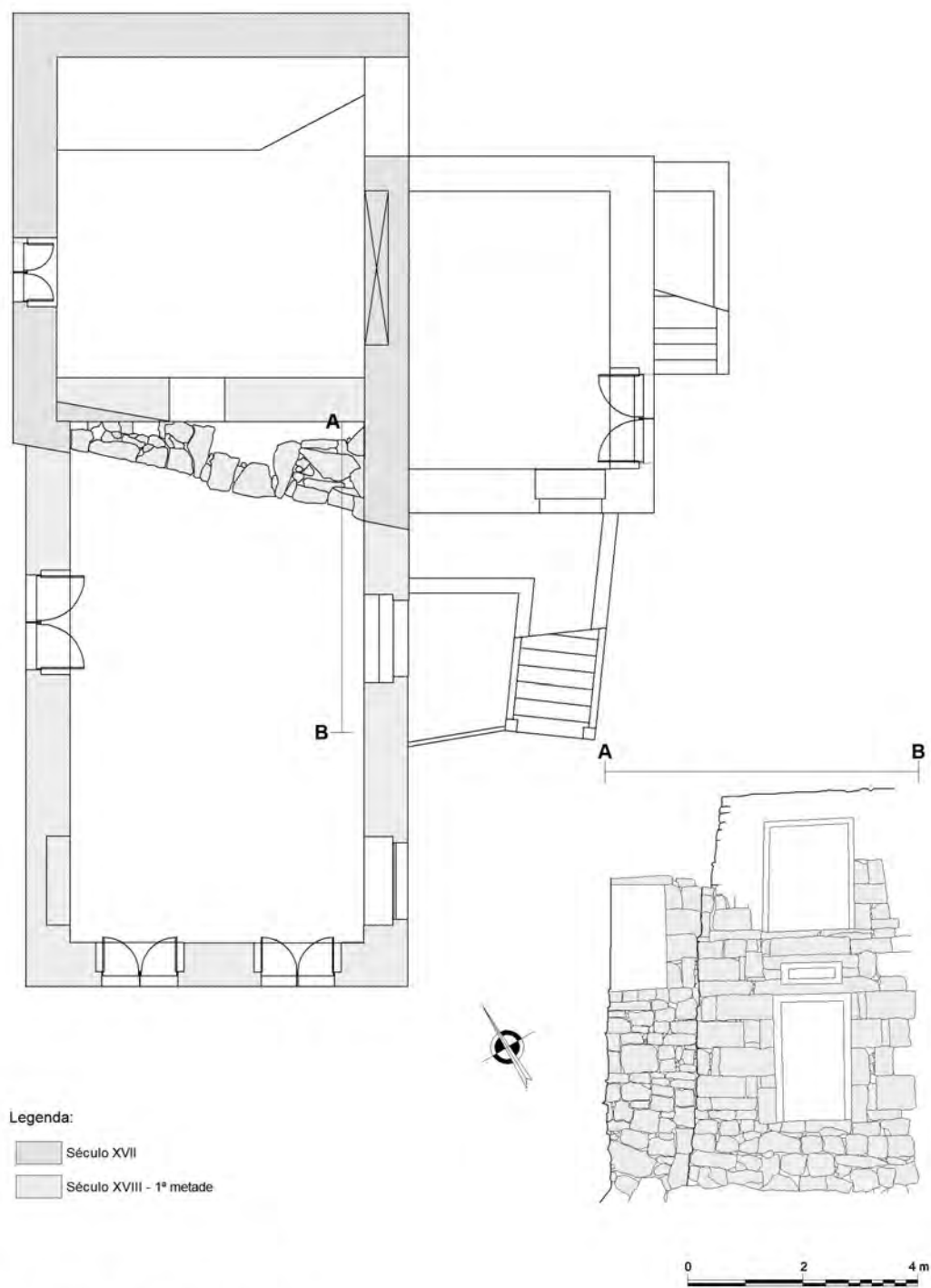
¹⁴ (Carta de compra que fez o Rev.º Pe. Manuel Gonçalves de Carvalho, do Barrio a Isidoro da Silva e mulher do Souto todos desta vila de Mondim, Arquivo Distrital de Vila Real, Cartório Notarial de Mondim de Basto – 1.º ofício, Livro de Notas 2, fls. 75-77).

* **Agradecimentos:** Parte deste trabalho foi realizado no âmbito do projeto “*Espaços Naturais, Arquitecturas, Arte rupestre e Deposições na Pré-história Recente da fachada ocidental atlântica do Centro Norte de Portugal: das ações aos significados* – ENAR-DAS” (referência PTDC/HIS-ARQ/112983/2009), financiado pelo COMPETE e cofinanciado pelo FEDER.

7. Anexos



Figura 17. Planta final



Planta geral e alçado parcial Nordeste

Figura 18. Planta geral e alçado parcial Nordeste

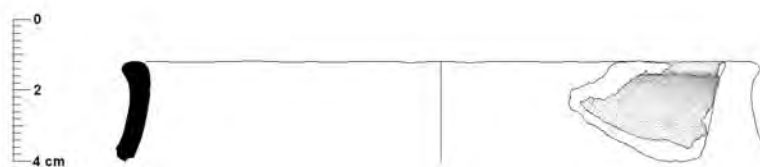
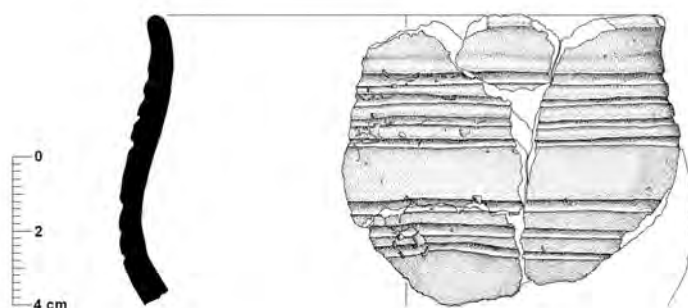
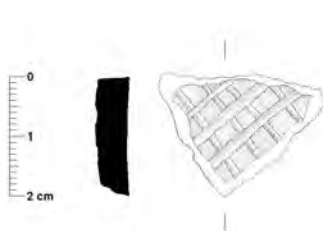
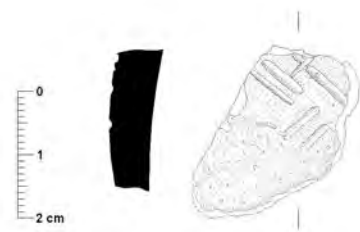
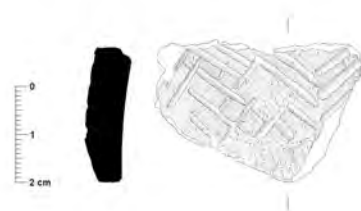
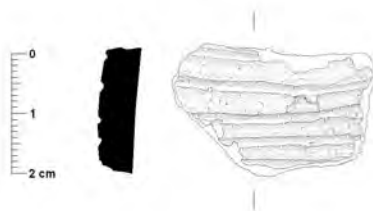
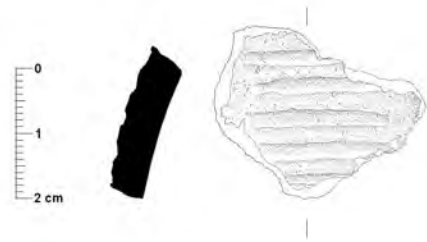
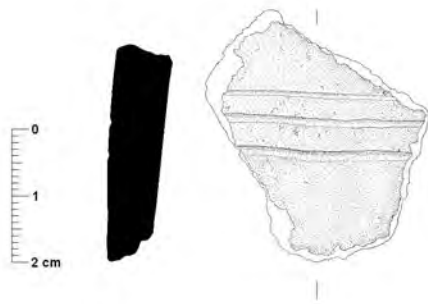


Figura 19. Cerâmica calcolítica - formas



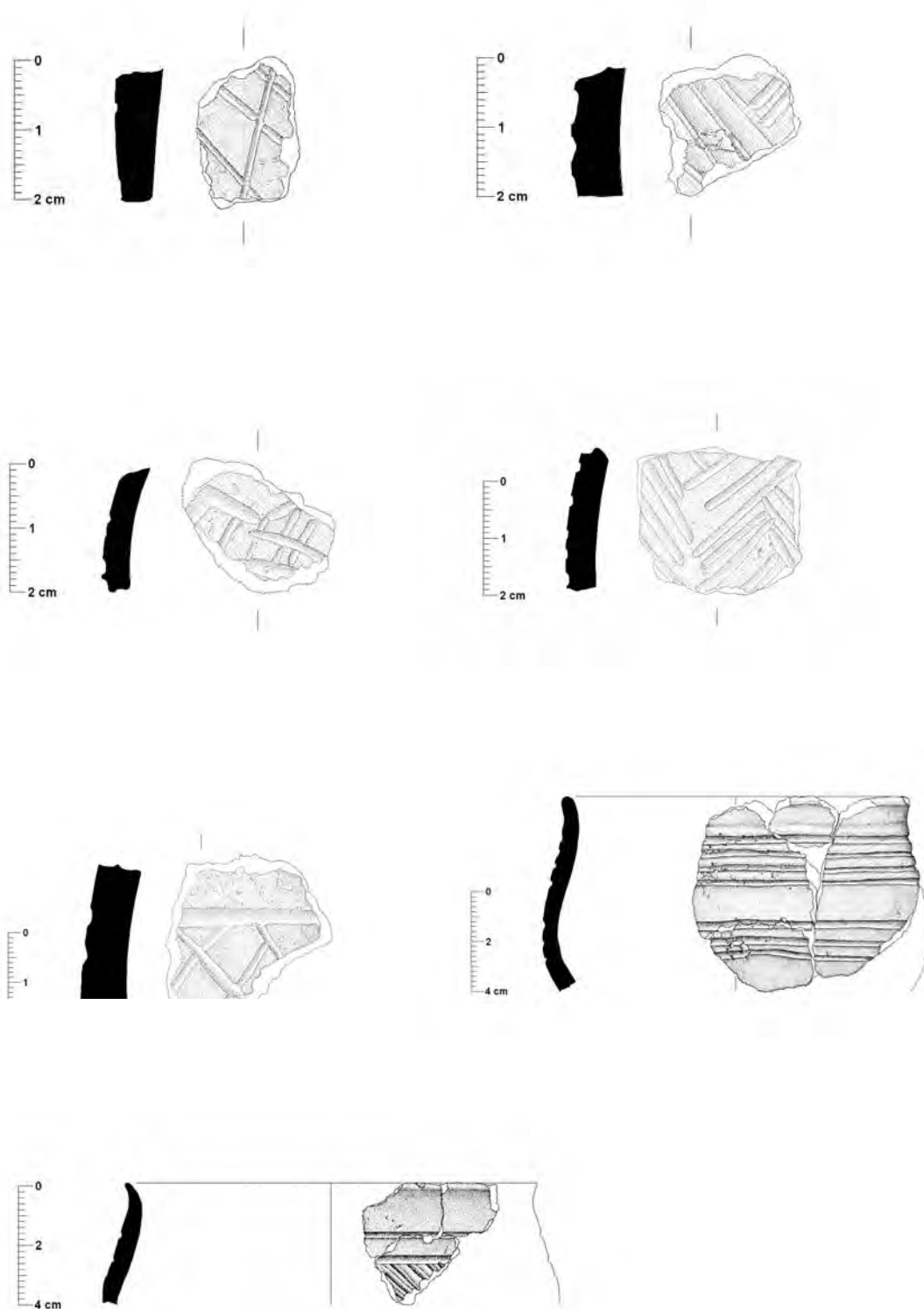


Figura 20. Cerâmica calcolítica - quadro de decorações.

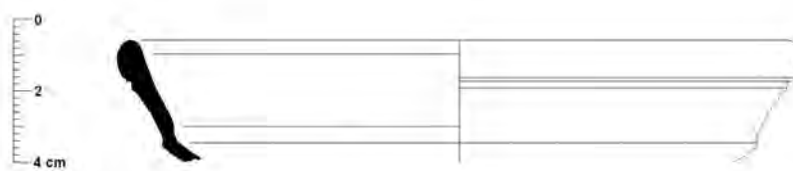


Figura 21. Tigela carenada.

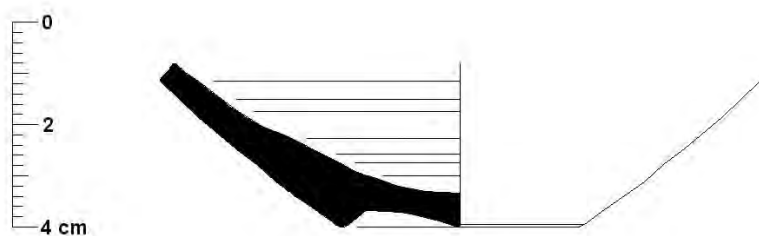


Figura 22. Fundo de ônfalo.

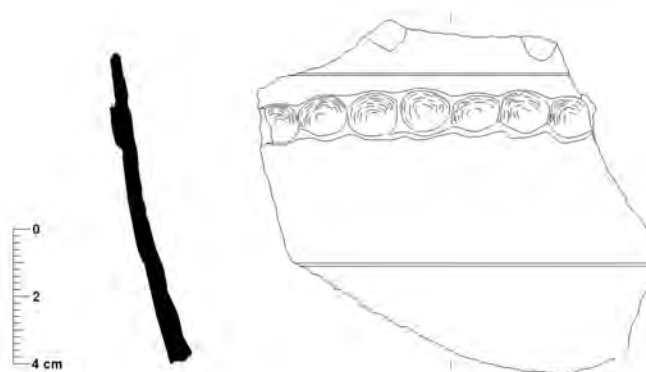


Figura 23. Panela decorada com cordão digitado horizontal.

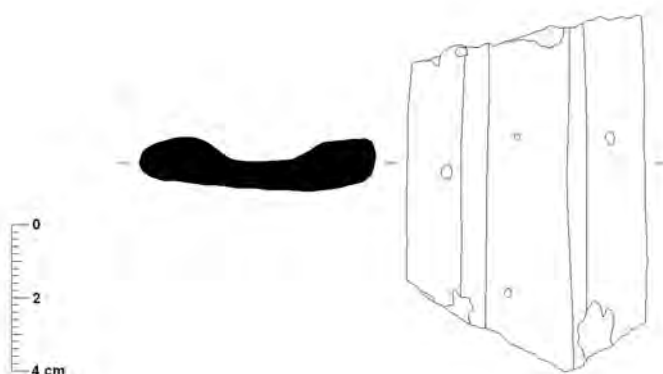


Figura 24. Asa de fita, de cântaro.

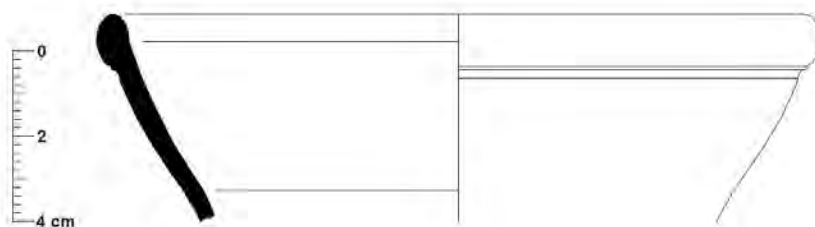


Figura 25. Tigela de louça fosca.

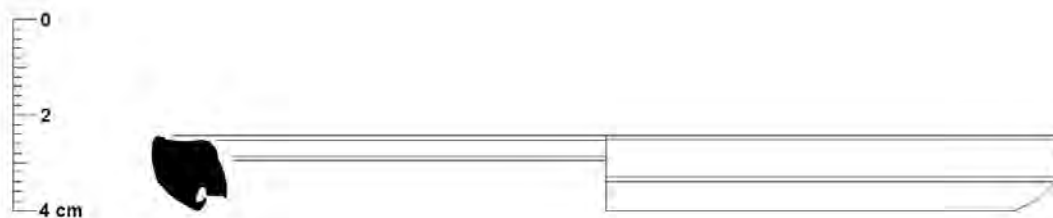


Figura 26. Alguidar de louça de Prado.

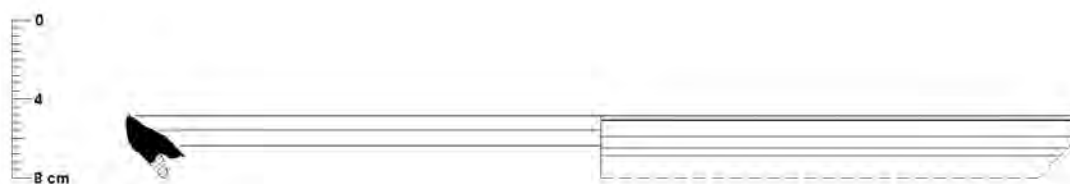


Figura 27. Alguidar de louça fosca.

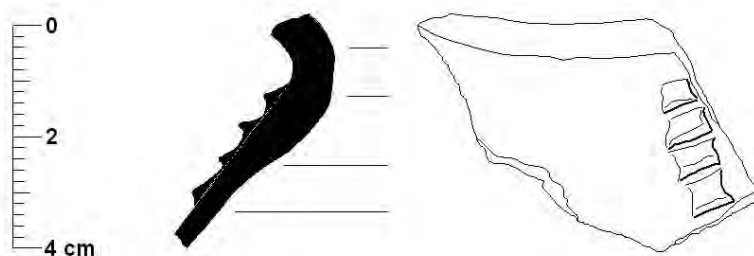


Figura 28. Panela de louça preta, decorada com cordão digitado vertical.

8. Bibliografia

- CAPELA, J. (2003) – *As freguesia do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga.
- CASIMIRO, T. (2013) – Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 16, Lisboa, pp. 351-367.
- DINIS, A. (2001) – O Povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal), *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, 13, Universidade do Minho, Braga.
- DINIS, A. (2009) – *Carta Arqueológica de Mondim de Basto*, Câmara Municipal de Mondim de Basto, Mondim de Basto.
- DINIS, A. (no prelo) – *As olarias do termo de Vila Real, contribuição para o seu estudo*.
- DINIS, A.; AMARAL, P. (2000) – Gondar. O percurso de um centro oleiro, *Actas do Congresso Histórico de Amarante* 98, vol. III, Câmara Municipal de Amarante, Amarante, pp. 221-257.
- DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R.; SÁ, A. (2001) – *Faianças do Porto e Gaia: O recente contributo da arqueologia*. Itinerário da Faiança do Porto e Gaia, Museu Soares dos Reis, pp. 119-164.
- FREITAS, L. (2013) – *Contributo para o estudo das cerâmicas comuns do Mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães)*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho (policopiado).
- IPPAR (1993) – *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Inventário, vol. 3, Distrito de Vila Real, Lisboa.
- JORGE, S. (1986) – *Povoados da Pré-história recente da região de Chaves – Vª Pa de Aguiar*, 3 vols., Porto.
- LEITE, J.; NUNES, M. (2008) – Intervenção arqueológica no Cabeço do Outeiro: uma ocupação rural dos séculos XVII-XVIII, *Oppidum*, número especial, Câmara Municipal de Lousada, 177-194.
- LOPES, E. (2000) – *Mondim de Basto Memórias Históricas*, Mondim de Basto.
- SEBASTIAN, L. (2010) – *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Dissertação de Doutoramento em História com especialidade de Arqueologia, FCSH, Universidade Nova de Lisboa (policopiado).